

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas*

Rodrigo Canossa
Barbosa*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v12i1156-196

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar e analisar as formas de construção de um discurso espacial colonialista realizado no Estreito de Magalhães por Sir John Narborough entre 1669 e 1671, sob ordens diretas de Carlos II da Inglaterra. A cartografia no século XVII era muito mais que apenas uma forma de representação pictórica de espaços geográficos, era uma linguagem com poder intrínseco de posse e legitimação territorial dentro da política dos impérios ultramarinos europeus. Narborough deixou mapas e um diário sobre sua expedição, além de mapas subsequentes feitos por outros cartógrafos terem sido baseados nos seus; compreendê-los em termos humanos revela-nos outras formas de competição e colonialismo encontrados pelas potências marítimas da Europa para justificar suas navegações. Na discussão apresentada neste artigo, a política externa e as competições mercantis do final do século XVII serão compreendidas pela metodologia da cartografia crítica. Os contextos restauracionistas de 1640 de Portugal e 1660 da Inglaterra cruzaram-se em 1662 com o casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, e o ápice do processo inglês de legitimação colonial ultramarina nessa época ocorreria com a expedição de 1669, parcialmente impulsionada pela recente aliança anglo-lusitana.

Palavras-chave: Cartografia; Estreito de Magalhães; Restauração, Colonialismo.

*Agradeço à Prof.^a Dr.^a Denise Aparecida Soares de Moura pela orientação no desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica da qual esse artigo é resultado. A pesquisa contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

**Graduado em História (2022): Licenciatura e Bacharelado pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP Campus de Franca. Contato: rodrigo.canossa@unesp.br

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

Introdução

Em 1662, tanto Lisboa quanto Londres pomposamente festejavam o casamento da infanta D. Catarina de Bragança com o recém-restaurado rei da Inglaterra, Carlos II. Para os lisboetas o medo de reanexação, sempre presente desde 1640 com a subida dos duques de Bragança ao trono português, que pôs fim à União Ibérica, tornava-se cada vez mais uma coisa do passado. Para os londrinos, o comércio inglês regozijar-se-ia com as praças de Tânger e Bombaim e a farta quantia monetária dada à Coroa, tudo parte do dote da nova rainha da Inglaterra. Mas seria somente em 1668 que as instabilidades político-militares luso-hispânicas chegariam ao fim, com o reconhecimento de Portugal como reino independente de Espanha pelo Tratado de Lisboa.

Portugal ganhara um aliado prático, de crescente economia e notável poder naval, capaz de fazer frente a quaisquer agressões por parte de Espanha. Além disso, assim como Portugal, seu novo aliado não era afeito às agressivas expansões comerciais neerlandesas no Atlântico e Índico, lembrando que as guerras anglo-neerlandesas e luso-neerlandesas marcaram todo o século XVII.

Já na perspectiva inglesa, Portugal era bom aliado em um sentido não tão convencional, mas mesmo assim muitíssimo útil: Portugal poderia dar à monarquia inglesa a legitimidade ultramarina que lhe faltava no Atlântico perante os espanhóis e o resto das nações marítimas europeias, especialmente no Sul do Atlântico. A história da expansão marítima pioneira de Portugal poderia fornecer o “*pedigree*” que faltava à Inglaterra - e outras muitas nações europeias - num mundo cuja influência política hispânica ainda era predominante.

Em 1669, trazido sob a tutela de Robert Southwell, diplomata inglês em Lisboa, Don Carlos Enriquez enviaria ao rei inglês uma carta propondo seus serviços como guia para uma expedição à Patagônia e ao Estreito de Magalhães. A situação política entre Espanha e Inglaterra era delicada naquele momento. Diplomatas espanhóis frequentemente reclamavam da escassa inclinação que Carlos II tinha para diminuir a pirataria inglesa no Caribe que tão fortemente afetava o comércio espanhol, ou de oferecer reparações pelas atitudes hostis de Oliver Cromwell que permitiram a tomada da Jamaica, que o restaurado monarca inglês sequer chegaria a propor devolver. (ROBERTSON, 2002, p.813-839)

Dada também a fragilidade das relações de seu aliado português com a Coroa espanhola, Carlos II, em assuntos que envolvessem o comércio marítimo ibérico, precisava reinar com pragmatismo (CASTEL-BRANCO, 2011, p.133-134). Não poderia e nem desejava arriscar um conflito direto com Espanha, mas também recusava-se a ficar na sombra de um império que, após 1668, já dava sinais de desmoronamento iminente. Todavia, veremos que uma expedição ao Estreito de Magalhães não foi e nem poderia ser tida aos olhos ingleses como um ato de desprezo pela soberania espanhola na região. E, para a finalidade de tornar legítima sua presença no Sul do Atlântico, todo o histórico de circum-navegação da Inglaterra seria resgatado através da cartografia.

A organização da expedição e escolha de um capitão

Don Carlos Enriquez, vigarista profissional como vemos nas discussões de Campbell (2018, p.52-57), apresentara-se a Carlos II como antigo comerciante da Índias Ocidentais de vasta experiência militar e marítima no Atlântico Sul e nos Mares do Sul, mas que, em virtude da complexa e desleal política espanhola - segundo seu próprio

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

juízo -, fora destituído de seus ofícios pelo novo vice-rei do Chile e Conde de Lemos que, para Don Carlos, acusou-o sob falsos pretextos políticos (ENRIQUEZ, 1669 *apud* CAMPBELL *et al.* 2018, p.89-97).

Apondo aqui que, sendo Don Carlos espanhol, certamente não estava alheio ao sentimento anti-hispânico inglês, que julgava, como mostra-nos William Maltby (1971), todos os espanhóis como cruéis, desleais e ignóbeis. Dessa forma, Don Carlos soube como tecer uma narrativa que instigasse o monarca inglês a compadecer-se com uma vítima da suposta crueldade espanhola.

Com isso, Don Carlos Enriquez vinha, humildemente, oferecer seus serviços para o rei inglês, do qual ouvira tão bem e sabia que seria um suserano justo e sábio (ENRIQUEZ, 1669 *apud* CAMPBELL *et al.* 2018, p.89-97). Muito provavelmente, dada a similaridade de proposta e o espaço de tempo, há a possibilidade de Don Carlos ter sido o mesmo homem que, sob um nome diferente, fizera tal proposição a Luís XIV da França alguns anos antes (CAMPBELL *et al.* 2018, p.55).

As propostas de Don Carlos eram grandiosas, Carlos II deveria fornecer-lhe uma esquadra grande o suficiente para colonizar regiões do Estreito de Magalhães e da Patagônia, pouco habitadas pelos espanhóis; mas como dito, o monarca inglês, em sua situação política com Portugal e Espanha, deveria reinar de forma pragmática. Por isso, decidiu-se que seriam enviadas apenas duas embarcações, ambas com números de tripulantes abaixo dos níveis máximos que navios destinados à guerra permitiam; essas naus eram o HMS¹ Sweepstakes, capitaneado por John Narborough e o HMS Batchelor

¹ Do inglês *His/Her Majesty's Ship* (HMS), titulação oficial dada, até hoje, para todas as embarcações da Marinha Real Britânica.

Pink, capitaneado por Humphrey Fleming, que se perderia e voltaria para a Inglaterra, sem nunca ter chegado ao estreito.

Além disso, não seria Don Carlos a capitanear a expedição, mas sim John Narborough, este que, como muitos homens de alta patente da marinha inglesa, começou desde tenra idade sob a tutela de um padrinho, em seu caso Sir Christopher Myngs. Sua carreira despontou na Segunda Guerra Anglo-Holandesa, sendo condecorado como tenente em 1664 e novamente em 1666, dessa vez por ter lutado com bravura e derrotado a frota neerlandesa. (CHARNOCK, 1794, p.245).

Os conflitos com as Províncias Unidas dos Países Baixos iriam marcar toda a política externa da Inglaterra na segunda metade do século XVII (SEWARD, 1987, p.437-452), novo concorrente feroz que se levantava para adquirir sua própria parcela dos comércios deixados pelos gigantes ibéricos. Não esqueçamos que as pelepas entre lusitanos e neerlandeses marcaram boa parte desse século também.

O Estreito de Magalhães apresentava-se como uma área de disputa entre ingleses e holandeses, ambos tinham rica história com expedições na região e sua cartografia, buscando um rápido acesso aos gigantescos - e por vezes fantasiosos - comércios dos Mares do Sul e da Costa Oeste sul-americana. Os ingleses apoiaram-se na legitimidade de seu interesse pelas proezas de Sir Francis Drake e Sir Thomas Cavendish, consecutivos a Fernão de Magalhães - um português, não esqueçamos -, enquanto holandeses vangloriavam-se com as expedições de Olivier van Noort, Willem Schouten e Jacob Le Maire, esse último terá uma relação direta com Narborough, como veremos ao longo do artigo. (BEROS, 1999, p.78-108)

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

O envio de Narborough, veterano vitorioso e condecorado das guerras anglo-neerlandesas, não parece, ante essas informações sobre a competição no Estreito de Magalhães e o fato de os neerlandeses também competirem comercialmente com os portugueses, uma decisão gratuita. Tratava-se de uma provocação de Carlos II; Narborough derrotara-os apenas 3 anos antes da expedição de 1669 e, agora, partiria para vencer outra contenda com a Holanda.

Assim, partindo do porto de Deptford em 26 de setembro de 1669, Narborough carregava consigo ordens explícitas: observar a qualidade do solo e do clima, estimar as forças espanholas nas regiões, determinar as possibilidades de se estabelecer uma colônia e, principalmente, explorar minuciosamente o estreito a fim de produzir um mapa preciso e atualizado. (WALFORD *et al*, 1694, p.9-12)

Novos ângulos metodológicos sobre o *corpus documental*

Em 2009 saía a notícia de que a Biblioteca Britânica havia comprado, para a preservação e aumento do acervo histórico nacional, um livro datado de 1694, de título *An account of several late voyages & discoveries to the south and north towards the Streights of Magellan, the South Seas, the vast tracts of land beyond Hollandia Nova &c. : also towards Nova Zembla, Greenland or Spitsberg, Groynland or Engrondland, &c.*, publicado por Samuel Smith e Benjamin Walford, membros da *Royal Society*.

Foi com essa edição que, pela primeira vez, o diário de Sir John Narborough à bordo do HMS Sweepstakes veio a público. Seus mapas, entretanto, já gozavam de ampla circulação entre marinheiros ingleses desde 1673, data de sua primeira publicação. Em 1711, Sir Tranced Robinson republicou, em *fac-símile*, a edição de 1694, com algumas atualizações ao histórico de navegações feito por Smith e Walford na

introdução e pela adição de um mapa-mundi antes do início do diário de Narborough na obra, com indicações de sua rota. Essa publicação de 1711 é a de maior circulação atualmente, visto que está digitalizada e disponibilizada gratuitamente nos acervos de algumas bibliotecas.²

Apesar de, até o presente momento, a Biblioteca Britânica não ter digitalizado o original de 1694, mapas relativos diretamente à expedição de Narborough encontram-se disponíveis digitalmente. Como dito, o mapa manuscrito feito por ele durante a viagem e, com toques finais, entregue em 1672 ao Duque de Iorque - futuro Jaime II da Inglaterra -, está disponível e, além disso, uma comissão partida diretamente dos responsáveis pelos assuntos arquivísticos da marinha inglesa foi também digitalizada: o mapa impresso de John Thornton, datado de 1673.

Foi com a versão impressa de Thornton que as novas descobertas sobre a navegação pelo Estreito de Magalhães atingiram maior nível de circulação. Ao abordarmos Thornton, veremos que, assim como Narborough, sua escolha como o cartógrafo responsável por um mapa impresso não foi impensada pela coroa e membros da marinha.

John Seller, também outro renomado cartógrafo inglês da segunda metade do século XVII, publicou um mapa em direta homenagem a Narborough, porém, não foi baseado em seu mapa manuscrito de 1672 como o de Thornton. Em 1675, Seller lançava seu *Atlas Maritimus*, que continha um mapa de nome *A Chart of the Sea Coast of Brazil*, que retratava quase toda a América do Sul. Contudo, a região do Estreito de

² A utilizada aqui advém do acervo *Early English Books Online* da Universidade de Michigan. In: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A52618.0001.001?rgn=main;view=fulltext>

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

Magalhães estava atualizada - em relação ao mapa de Hendrik Donker (1659) de quem Seller comprou o antigo molde de cobre - com as informações novas de Narborough e, ao centro do continente, havia um cartucho dedicado ao capitão. Já a introdução de seu atlas, que expõe todas as partes do mundo conhecido e suas *commodities* características, apresenta, como será discutido mais adiante, certo favoritismo às *commodities* de colônias portuguesas.

O diário de Narborough, seu mapa manuscrito, o mapa impresso de Thornton e parte do atlas de Seller são os documentos que compuseram a pesquisa que resultou neste artigo. A compreensão dessas fontes foi tida pelo prisma teórico-metodológico da cartografia crítica, cuja ampliação da discussão expandiu-se e teve início com os estudos de John B. Harley e David Woodward, cuja obra resultante mais expressiva é a monumental *The History of Cartography*.

Desde a popularização dos mapas como meio de informação seu prestígio baseava-se quase exclusivamente em sua capacidade de representar fielmente a realidade geográfica de determinado espaço. Quanto mais preciso e confiável um mapa, assumia-se que melhor e mais verdadeiro era. Aqueles que falhavam em captar a realidade geográfica esperada eram tidos como erros a serem superados e descartados por sua pouca utilidade. Esse caráter tecnicista dado à cartografia, que serviu também para a construção de um mito de sua neutralidade - uma vez que só poderia representar o real e o real não possuía qualquer viés -, está longe de ser superado.

Para que se possa extrair o máximo de informações de um mapa, deve-se questioná-lo e buscar compreendê-lo em termos humanos, não como um dado técnico neutro, mas como o produto político, social e cultural que é (WOODWARD, 2013, p.101-

115). Jordana Dym e Carla Lois, em recente artigo, sistematizaram uma característica importante da cartografia crítica que Harley e Woodward já haviam indicado: a pesquisa documental de tudo que é adjacente ao mapa (DYM e LOIS, 2021, p.119-141).

Tratar um mapa como documento único que não conversa com seu tempo e seus produtores é negar, em primeiro lugar, aquilo que o originou. É necessária a compreensão política e cultural sobre o qual um mapa foi concebido, assim como as características da técnica e biografia de quem o concebeu (JACOB, 2016, p.221-236).

Dessa forma, a metodologia proporcionada pela cartografia crítica nos permitirá compreender como as narrativas visuais de Narborough, e consequentes dessa, ajudaram no processo de legitimação da presença inglesa no Atlântico Sul e nos Mares do Sul e como o colonialismo inglês do final do século XVII expressou-se imageticamente. Além disso, denotaremos como as relações políticas da época afetaram tanto a viagem e seus objetivos quanto a cartografia advinda dela.

As pretensões inglesas sobre o estreito e seus concorrentes

Desde a expedição de Fernão de Magalhães e Juan Sebastián Elcano que, entre 1519 e 1522 descobriu para o mundo europeu um estreito que dava passagem entre o Atlântico e o Pacífico, tal passagem foi questão de contenda entre as demais potências marítimas europeias. Já na segunda metade do século XVI, o reino da Inglaterra contaria com dois circum-navegantes a passarem pelo Estreito de Magalhães, Drake em 1578 e Cavendish em 1587. As Províncias Unidas, já no final do século XVI e na primeira metade do século XVII, também contaria com dois navegadores a passar pelo estreito, van Noort em 1598 e Schouten com Le Maire em 1516.

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

A Coroa espanhola, sempre que notícias de estrangeiros cruzando o estreito chegavam, renovava seu esforço para patrulhar e colonizar a região. Todavia, o Estreito de Magalhães, em comparação com o resto da Capitania Geral do Chile, sempre foi escassamente povoado. A colônia fundada por Pedro Sarmiento de Gamboa no estreito em 1584³, sob o significativo nome de *Ciudad del Rey Don Felipe*, duraria apenas três anos, uma vez que Cavendish encontrou apenas suas ruínas em 1587.

O artigo de Rodrigo J. Moreno (2013) e seu livro escrito com Jorge O. Sotelo (2018) demonstram a crescente importância que o estreito passou a ter para muitas das potências marítimas europeias em ascensão no final do século XVII, algo que veremos na análise documental deste artigo. O Estreito de Magalhães representava muito mais que uma rápida passagem para o Pacífico, era também uma ante-sala para as atividades econômicas desenvolvidas na costa Oeste da América do Sul, no Pacífico e no Índico.

Mas, para a compreensão dos mapas trabalhados aqui e do resgate histórico que trazem, é indispensável a compreensão da política e das relações culturais entre Espanha, Inglaterra e Holanda no final do século XVII, pois permeiam todas as expedições ao Estreito de Magalhães. Dessa forma, devemos nos debruçar sobre os significados da *Black Legend* e do termo *butter-box*, ambos criados por ingleses em seu desprezo por espanhóis e holandeses, respectivamente.

Maltby (1971) descreve a formação de um sentimento anti-hispânico na Inglaterra durante o século XVII e como isso resultou na “Lenda Negra” - termo originalmente cunhado como *Leyenda Negra* pelo sociólogo espanhol Julián Juderías y

³ A mando do próprio Filipe II após notícias da passagem de Drake.

Loyot (1914) -, que consiste num extenso *corpus documental* de produções sobre o caráter supostamente degenerado dos espanhóis, principalmente na presunção de tratos cruéis e bárbaros com os nativos americanos. Escritores ingleses dos mais diversos meios souberam aproveitar, inclusive, discursos dos próprios espanhóis criticando suas ações na América, como foi o caso com Bartolomeu de las Casas.

Desde a Era Elizabetana, quando a Inglaterra apresentou-se como potencial concorrente ultramarino do mundo ibérico, atritos culturais e religiosos com a Espanha foram notáveis, especialmente dado o fato da política de Elizabeth I de ‘concorrência sem guerra total’, o que acabou por criar uma necessidade popular de caráter identitário entre os ingleses.

Assim, a Lenda Negra posiciona-se de duas formas, como propaganda anti-hispânica para dar credibilidade às ações corsárias inglesas e como formação de uma identidade nacional ante um inimigo externo. Lembremos o episódio do ataque da Armada espanhola em 1588 e sua subsequente derrota pelas forças inglesas. John Barratt (2005) aponta os muitos eventos e desavenças que, entre as décadas de 1560 e 1580, intensificaram a competição marítima anglo-hispânica, culminando no ataque da Invencível Armada. Após isso, Elizabeth direcionou sucessivos ataques aos galeões espanhóis e instigou ainda mais seus súditos às ações corsárias (BARRATT, 2005, p.166-168). A paz só seria estabelecida com sua morte em 1603, sendo o Tratado de Londres de 1604 assinado pelo sucessor Jaime I.

As relações religiosas também se fazem relevantes, à época, Espanha era não somente a maior potência marítima da Europa, mas também a maior guardiã e propagadora do catolicismo; desta forma não é difícil imaginar os atritos entre o

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

protestantismo inglês e o catolicismo espanhol, especialmente acirrados após a Guerra dos Oito Anos (1566-1572), quando Holanda foi invadida por espanhóis e o protestantismo perseguido pela Inquisição.

Há um evento curioso na obra de Maltby (1971) que, apesar de não necessariamente ser seu foco de questionamento, rende curiosa inferência sobre o anti-hispanismo inglês. Aparentemente o catolicismo espanhol apresentou-se como particularmente cruel, irracional e ameaçador para Inglaterra. Portugal, talvez por seu poder militar diminuto, ou simplesmente pelo numeroso histórico de alianças anglo-lusitanas e menor número de atritos, aparentemente tinha um catolicismo menos ameaçador, menos problemático para a Inglaterra que o da Espanha. Vale ressaltar que Eduardo D'Oliveira França (1997, p.88) apontou a existência de uma política religiosa mais tolerante em Portugal - através da negação da Reforma Católica por parte alguns membros da burguesia - após a aliança com a Inglaterra em 1662.

O evento em questão está em um dos muitos tratados anti-hispânicos do puritano John Foxe (1517-1587), que descreveu como um protestante inglês foi brutalmente morto por portugueses após ofender a Igreja de Roma. Para Foxe, essa brutalidade foi aprendida com os espanhóis, não sendo intrínseca ao caráter português (MALTBY, 1971, p.40).

Entretanto, a pequena defesa feita aos protestantes holandeses ante o catolicismo espanhol quando Elizabeth I publicou, em 1585, *A Declaration of the Causes Moving the Queen of England to give aid to the Defence of the People afflicted and oppressed in the Lowe Countries* - formalizando a visão inglesa sobre o caráter espanhol e declarando apoio militar direto - não significava que as relações anglo-neerlandesas fossem essencialmente amistosas (MALTBY, 1971, p.55).

Steven C. A. Pincus (1995) descreveu em seu artigo como a intensificação da expansão ultramarina inglesa e a conseqüente concorrência contra os interesses comerciais das Províncias Unidas fizeram com que a opinião pública inglesa deixasse de ver os neerlandeses como irmãos protestantes e passassem a tê-los como comerciantes injustos, mesquinhos e mal intencionados, que alcançaram considerável poder não pela própria industriiosidade, mas por práticas comerciais repreensíveis.

E, em alguns casos, como demonstrado por Pincus, eram comparáveis aos espanhóis em suas práticas cruéis e violentas contra nativos americanos e ingleses. Inclusive, o termo *butter-box*⁴ foi cunhado por marinheiros ingleses durante a Primeira (1652-4) e Segunda (1665-7) Guerra Anglo-Neerlandesa (KEMP, 1976, p.123). Alguns dicionários trazem que, potencialmente, o significado do termo teria origem na listra laranja presente na bandeira das Províncias Unidas estendida nos navios durante os conflitos, sendo similar às caixas inglesas de manteiga (BUTTER-BOX, 2023).

Se nos ambientes públicos dos comuns o efeito dessas rivalidades era de raiva, comparação e formação de identidade nacional, no meio político há dados suficientes para se inferir que tal sentimento anti-hispânico foi usado diversas vezes como justificativa pública para ações governamentais claramente ofensivas na América, como, por exemplo, no caso da tomada da Jamaica por Oliver Cromwell e a escolha de Carlos II de não devolver o território para a Espanha quando voltou ao trono.

O que vemos pelos escritos do matemático-viajante John Taylor, presentes em um estudo de James Robertson (2003), é que manter a Jamaica e logo depois conquistar o Panamá foram atos muito bem elaborados por parte de Carlos II, que protelou como

⁴ Em uma tradução livre e direta: “caixa de manteiga”.

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

pôde um acordo de paz com a Espanha a fim de obtê-lo, em 1670 com o Tratado de Madri, com maiores vantagens para a Inglaterra.

A Jamaica foi mantida sob um forte apoio estrutural de sentimento anti-hispânico generalizado. E, lembremos que, politicamente, apenas a Espanha contestava a legitimidade da conquista da Jamaica, visto que Portugal, França e Holanda não eram favoráveis aos espanhóis. A coletânea de contos de fantasmas e tesouros perdidos dos antigos espanhóis da Jamaica ilustram muito bem a visão inglesa sobre a Espanha: este era um reino estranho e decadente que deveria ser assimilado pelos aptos, na visão inglesa do período (ROBERTSON, 2003, p.829).

De Elizabeth I até Carlos II, temos não somente a formação de grave sentimento anti-hispânico como também a intensificação da exploração inglesa no Estreito de Magalhães. Na seção de análise dos mapas veremos o resgate histórico que a Inglaterra tentaria realizar sobre as figuras de Drake e Cavendish quando o assunto era sobre as expansões marítimas no Atlântico Sul e seus simbolismos.

Para Malena L. Palmero (2020), as apropriações simbólicas que ocorreram sobre o Estreito de Magalhães entre impérios marítimos em ascensão, como Inglaterra e Holanda, e as já estabelecidas potências imperiais ibéricas são perceptíveis sobre o prisma da História Cultural. O que veremos neste artigo é que, tais disputas simbólicas também são visíveis na cartografia da época e permitem-nos uma compreensão mais aprofundada das formas e caminhos tomados pelo colonialismo europeu do final do século XVII.

Narborough e a legitimação e circulação de seu mapa

O mapa manuscrito de Narborough, feito entre 1671 e 1672, teve altíssima circulação entre marinheiros ingleses e estrangeiros⁵. Apesar da crueza de seus desenhos, Narborough era excelente cartógrafo e fez um dos mapas mais precisos sobre o Estreito de Magalhães até as viagens de James Cook na segunda metade do século XVIII (CAMPBELL *et al.*, 2018, p.79-82).



Imagem 1 - *The Land of Patagonia* - Sir John Narborough, Londres, 1672. Fonte: *British Library*

Sigamos para a evidenciação de alguns elementos pictóricos do mapa de Narborough com caráter legitimador e/ou de contestação da soberania espanhola sobre a região do Estreito de Magalhães. Conforme o mapa manuscrito em específico foi absorvido por cartógrafos ingleses como Thornton e Seller, se verifica como esses elementos vão se refinando e se acrescentando ao longo do tempo.

⁵ Vale ressaltar que esta circulação, muito provavelmente, foi na versão impressa de John Thornton de 1673, uma vez que o manuscrito original ficou guardado nos acervos topográficos reais.

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas



Imagem 1.2 - Bandeira britânica e toponímia em homenagem a Carlos II.



Imagem 1.3 - Bandeira britânica, Rosa dos Ventos, título do mapa e desenhos de nativos.



Imagem 1.4 - Desenho do HMS Sweepstakes abaixo do nome *Magellan Strait*.



THE NAMES OF SEVERALL ISLANDS IN MAGELLAN STRAITES	
A	Saint Bartholomewes: Ile
B	Saint Georges --- Ile
C	Charles --- Ile
D	James --- Ile
E	Munmouths --- Ile
F	Ruports --- Ile
G	L. Arlinton --- Ile
H	E. of Sandwichs --- Ile
I	Secretary WREMS --- Ile
K	Westminster --- Ile
L	The Larocks --- Ile
M	THE FOWER --- Iles

Imagem 1.5 - Índice com nomes de ilhas em homenagem a vários nomes importantes da aristocracia inglesa.

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas



Imagem 1.6 - Toponímia em homenagem à rainha D. Catarina de Bragança (*Queen Katharine*).

Os elementos das figuras expostas acima têm o propósito de legitimar não somente a passagem de Narborough pelo estreito, como também toda e qualquer pretensão inglesa sobre a navegação e colonização do mesmo. O uso de bandeiras e brasões sobre mapas era uma convenção antiga entre cartógrafos para determinar a posse de certos territórios. Na Figura 1 há, inclusive, não somente uma bandeira, mas logo abaixo dela há a afirmação de que aquelas terras foram tomadas para Carlos II em 1670. O território todo da Terra do Fogo é assim tomado para a Inglaterra por Narborough e rebatizado de *King Charles South Land*, com uma pequena coroa decorativa sobre a letra "K".

O desenho do HMS Sweepstakes que temos na Figura 1.4 também serve propósito similar, visto que, embarcações, assim como bandeiras, também eram uma convenção que portava caráter de posse e legitimidade; além disso, o navio porta bandeiras da Grã-Bretanha.

Na Figura 1.2, o posicionamento dos elementos pictóricos é mais relevante do que seus caracteres legitimadores intrínsecos. Novamente, nota-se uma bandeira e

abaixo dela o escrito *Possession: Taken*, reiterando que as posses das regiões adjacentes foram devidamente tomadas. Ao lado temos uma Rosa dos Ventos bem decorada que, em uma discussão sobre práticas cartográficas que faremos mais à frente, veremos com mais precisão porque ela é significativa. Por enquanto é suficiente dizer que pertence a um estilo cartográfico característico de um grupo de cartógrafos londrinos, batizados de “Escola do Tâmis” por Jeannette D. Black (1970, p.15-25). Um estilo cartográfico nacional característico permitiria, possivelmente, um reforço ao próprio caráter nacional que se tentava dar aos mapas do Estreito de Magalhães.

Abaixo desses dois elementos vemos o título do mapa, decorado, e, abaixo de tudo, desenhos de indígenas. Ou seja, a bandeira e título, que são os elementos que identificam e dão caráter nacional ao mapa, estão acima das populações indígenas. A esses nativos não são proporcionados itens imagéticos que representem sua individualidade enquanto nação, fica apenas a sugestão pictórica de que estavam, de alguma forma, sujeitos à Coroa inglesa.

O próprio diário de Narborough possui passagens que tentam descrevê-los como passivos e pacíficos, representando potenciais súditos leais, apesar dos contatos que os ingleses tiveram com os nativos da Patagônia sugerir que não estavam tão entusiasmados por terem mais europeus por ali, visto as guerras que, no período, travavam com os espanhóis.

Na Figura 1.5 temos um índice de ilhas espalhadas pelo estreito, um tipo de organização que, assim como o estilo da Rosa dos Ventos, é característico da Escola do Tâmis. Contudo, podemos já notar as homenagens na toponímia, feita a nomes de importância da política e aristocracia inglesa, como Carlos II, o príncipe Jaime (Duque

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

de lorque e futuro Jaime II), Lord Arlington, o Conde de Sandwich, o secretário de assuntos navais Christopher Wren, o santo padroeiro da Inglaterra São Jorge, etc. Assim, transformar e dedicar a toponímia desta região de interesse significa também legitimar suas intenções sobre ela e fornecer-lhes nomes presentes e significativos para inseri-la no imaginário inglês.

Como comentado na introdução, foi possível inferir, ao longo da pesquisa que resultou neste artigo, que a aliança com Portugal em 1662 impulsionou as pretensões marítimas inglesas sobre o Atlântico Sul. Na Figura 1.6 vê-se uma homenagem à D. Catarina de Bragança similar à que foi dada a Carlos II; uma porção territorial foi nomeada em sua homenagem e uma pequena coroa decora a letra "Q". Isso não é apenas uma simples homenagem à rainha da Inglaterra, traz sua memória e, nesta memória, está intrínseco seu caráter lusitano, que não se apagou durante toda sua estadia na Inglaterra (COHEN, 1998, p.89-105). Trata-se de uma referência tanto à rainha da Inglaterra quanto a Portugal, através de sua nacionalidade e, como dito, os portugueses eram muitíssimo presentes territorial e comercialmente no Atlântico Sul.

John Thornton e a Escola do Tâmis

Em seus estudos sobre o *Blathwayt Atlas*, Black (1970) deparou-se com um interessante fenômeno: que muitos dos mais proeminentes cartógrafos londrinos tinham suas lojas na mesma rua e que, em algum grau, se influenciavam e trabalhavam em conjunto. O mais interessante é que Black conseguiu distinguir certas características recorrentes nos mapas de todos esses cartógrafos e, assim, batizou esse fenômeno de "Escola do Tâmis"⁶. Nome dado não no sentido de uma instituição

⁶Não no sentido de uma instituição propriamente dita, mas apenas como fenômeno da proximidade e trabalho em conjunto frequente desses cartógrafos.

propriamente dita, mas apenas como fenômeno da proximidade e trabalho em conjunto frequente desses cartógrafos que acabam por se influenciarem em estilos cartográficos semelhantes.

A Escola do Tâmisia aparenta ser um campo escasso de pesquisas, mas Thomas R. Smith (1978) trouxe, em suas análises sobre a mesma, a carreira de John Thornton e algumas características do seu estilo cartográfico legitimamente inglês. John Seller e até mesmo Narborough trazem práticas dessa escola em seus mapas, assim, convém evidenciarmos suas características a fim de demonstrar que a escolha de Thornton - assim como a de Narborough para capitão - como cartógrafo responsável não foi somente mero capricho da Coroa.

A Escola do Tâmisia se diferencia por algumas práticas cartográficas que, sozinhas, não são muito significativas, mas que em conjunto são notáveis nos mapas dos muitos cartógrafos londrinos que habitavam a mesma rua. Rosa dos ventos bem ornamentada; mapa conservado em quadro dobrável de madeira (para facilitar o manuseio e preservação em alto mar); o foco dado às regiões costeiras, com o interior pouco desenvolvido (herança de mapas portulanos), uso intenso de dourado em ornamentações; índice com o nome das ilhas postos em ordem alfabética; essas são algumas das características recorrentes que encontramos em mapas dessa escola e que são discerníveis tanto no mapa manuscrito de Narborough quanto no impresso de Thornton. Esse era um estilo essencialmente inglês de se fazer cartografia no final do século XVII.

Thornton era, como afirmam Smith e Coolie Verner (1978), um dos maiores expoentes da Escola do Tâmisia em sua época, tanto em habilidade quanto na preferência que tinha por trabalhar com informações mais recentes coletadas por

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

navegadores ingleses, indo contra a tendência do mercado cartográfico inglês de reimprimir mapas de antigos moldes holandeses.⁷ Mas o que mais nos interessa aqui é o fato de seu estilo cartográfico ser considerado por Verner o ápice representativo da Escola do Tâmisia.

Dessa forma, um homem renomado por suas habilidades e que possuía um estilo genuinamente inglês foi contratado pela Coroa para fazer o importante mapa de Narborough, que buscava legitimar a presença inglesa na região do Atlântico Sul ante holandeses e espanhóis. Assim, tal fato é improvável apenas como coincidência; Carlos II foi grande patrono da marinha e muito inteirado em assuntos adjacentes, especialmente na cartografia, da qual, inclusive, até mesmo D. Catarina foi patrona, em certas ocasiões, na Inglaterra (WALLIS, 1978, p.22). Portanto, para uma região sobre a qual desejava-se impor legitimidade de exploração e presença, seria bem-vinda a adição de uma cartografia de caráter nacional como a de Thornton.

⁷ Contudo, em anos mais avançados de sua carreira, principalmente durante e após a década de 1680, é inegável que muitos de seus mapas traziam visíveis conteúdos de outros mapas holandeses.



Imagem 2 - *The New Mapp of the Magellan Straights* - John Thornton, Londres, 1673. Fonte: *British Library*

O fato deste mapa ser impresso e relativamente pequeno (41cm x 52cm) fazia com que fosse reproduzido a baixo custo e garantia assim ampla circulação. Não se sabe ao certo quem encomendou este mapa, apenas que, certamente, foi alguém ligado à Coroa, pois Thornton claramente teve acesso ao esboço de Narborough, que foi guardado no acervo topográfico real. Veremos abaixo algumas das mudanças feitas por Thornton e quais os seus significados, e como elas corroboram a hipótese apresentada neste artigo.

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas



Imagem 2.1 - Nome de Carlos II, brasão real, guarda palaciano e índice modificado.



Imagem 2.2 - Uso do termo *Discovered* (descoberto) seguido pelo nome de John Narborough.



Imagem 2.3 - Homenagem à D. Catarina de Bragança.



Imagem 2.4 - Port Famin, nomeado por Thomas Cavendish em 1587.



Imagem 2.5 - Port Desire, que foi nomeado primeiramente por Thomas Cavendish em 1586 e tomado oficialmente por John Narborough em 1670.

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas



Imagem 2.6 - Nome da Ilha Elizabeth ao centro em letras gráficas, maiores que as regiões adjacentes.



Imagem 2.7 - Bandeira inglesa sobre a Ilha Elizabeth.

Assim como no mapa de Narborough, o mapa de Thornton, na Figura 2, está repleto de elementos pictóricos cujos objetivos são trazer legitimidade aos elementos não explícitos do mapa, ou seja, trazer legitimidade à presença inglesa no Estreito de Magalhães ante outras potências interessadas em seu controle na época: Espanha e Holanda.

A Figura 2.1 traz elementos de associação direta à Coroa da Inglaterra, com o nome de Carlos II sobre toda a região da *Terra del Fuogo*, seu brasão de armas e um guarda palaciano. Tais elementos dão crédito ao nome, na Figura 2.2, de Narborough, demonstrando que não se tratava de um mero pirata, mas de um indivíduo sob ordens reais; além disso, o uso do termo *Discovered* (descoberto) antecedendo 'Narborough', cria o entendimento de pioneirismo e, portanto, legitimidade. Como exposto na discussão sobre o mapa manuscrito de Narborough, temos em letras graúdas - sinal de importância - o nome da região em homenagem à D. Catarina de Bragança.

As Figuras 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 servem todas ao mesmo propósito de resgate histórico da relação da Inglaterra com o Estreito de Magalhães por meio das viagens de circum-navegação de Drake e Cavendish. A *Ciudad del Rey Don Felipe* seria renomeada por Cavendish em 1587 como *Port Famin*⁸ em virtude de seu estado deplorável. *Port Desire*⁹ é também herança de Cavendish e seria oficialmente tomada, juntamente com toda a região adjacente, por Narborough em 25 de março de 1670.

Já a Ilha Elizabeth foi assim nomeada e tomada como posse para a Inglaterra de Elizabeth I por Drake em 1578. No mapa de Thornton há uma miniatura de todo o extremo Sul da América no canto superior esquerdo e, sendo uma miniatura, apenas locais importantes foram demarcados e com letras pequenas, mas não a Ilha Elizabeth. Dada sua importância para a história inglesa, foi posta mesmo na miniatura e com letras maiores que as das regiões ao seu redor.

⁸Nome que sobreviveu até a atualidade sob a forma castelhana de *Puerto del Hambre*.

⁹Também sobreviveu até a atualidade com a forma castelhana de *Puerto Deseado*.

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

Diferentemente do mapa de Narborough, inclusive, vemos, na Figura 2.7 que Thornton adicionou uma bandeira inglesa sobre a ilha e a colocou em primeiro lugar, na letra "A", no índice de ilhas, sendo que sequer a Ilha Elizabeth se faz presente no mapa de Narborough. Dessa forma, Thornton refinou e ampliou as capacidades de resgate histórico e legitimação das pretensões inglesas sobre o estreito.

Num primeiro momento, as mudanças feitas por Thornton podem parecer simplesmente pragmáticas, com a retirada de desenhos excessivos de animais ou informações extras julgadas por ele como inconvenientes. Porém, é notável que Thornton retira muitos dos desenhos de Narborough, como animais e indígenas, e a informação de que em 1583 os espanhóis colonizaram ali mais intensamente - presente no mapa de Narborough -, mas manteve as observações sobre onde há boas terras e recursos naturais e adiciona bandeiras em locais historicamente descobertos por ingleses, além de manter a toponímia inglesa. É claro aqui um dos objetivos do mapa: demonstrar que aquela era uma terra boa, rica e pouco habitada, uma vez que, dentre as já citadas ordens de Narborough, estava a determinação de se era possível colonizar ou não a região.

Como muitas das companhias de colonização eram financiadas em boa parte por capital privado, atrair possíveis investidores, nem que fosse apenas para intensificar o trânsito e comércio na região do Atlântico Sul, seria algo bem-vindo pela Coroa inglesa. Tanto que o mapa de Thornton, diferentemente do de Narborough, não é somente sobre o Estreito de Magalhães, é sobre todo o extremo Sul da América. Seu objetivo era chamar atenção para uma região muito maior.

John Seller, Fernão de Magalhães e o início do posicionamento inglês perante o mundo

Verner trouxe também importantes informações sobre Seller. Homem de vida conturbada, chegou a ser preso por participar de um plano para matar Carlos II, mas, atestado sua inocência, foi perdoado. Alguns anos depois, foi contratado como hidrógrafo real pelo próprio rei que já o prendera. Apesar de criticado por alguns de seus colegas cartógrafos, seja pelo favoritismo real ou pela sua habilidade cartográfica que deixava a desejar, era inegável que Seller foi um cartógrafo conhecido e prolífico na segunda metade do século XVII. Inclusive, foi pioneiro em propagandear seus mapas e artigos matemáticos em periódicos londrinos (VERNER, 1978, p.146).

Entretanto, o que mais nos interessa aqui é a particularidade da comunicação de Seller com seus leitores. Philip E. Steinberg (2006), demonstrou como a forma que Seller escrevia e propagandeava seus mapas foi inovadora para a época, visto que era muito mais acessível para as massas, não pela linguagem em si, mas por sua didática de explicar passo a passo os cálculos comuns envolvidos na cartografia, dizendo que todos eram capazes de fazê-los.

Em sua didática, Seller comunicava-se diretamente com o leitor, convidando-o a fazer os cálculos por si mesmo, fossem homens, mulheres e até crianças. Steinberg aponta para a criação gradual de um sentimento específico na maioria da população inglesa do final do século XVII, obviamente não somente pelas ações de Seller, este é usado em seu artigo apenas como um exemplo disso. Tal sentimento era o de estreitamento das distâncias. Cada vez mais a população inglesa sentia que o mundo

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

estava ao seu alcance quando manuseavam um mapa ou calculavam as distâncias de rotas; o mapa tornava-se o próprio mundo em si, e Seller auxiliou no desenvolvimento prático desse sentimento.

Seu *Atlas Maritimus* de 1675, destinava-se aos comerciantes e navegadores ingleses; vemos nele algo de importância na possível definição da qualidade e confiabilidade que poderia ser conferida a um mapa no final do século XVII - e que se faz presente também tanto em Narborough quanto em Thornton -, que era a riqueza e precisão de informações. Essas não eram úteis somente *stricto sensu*, eram amplamente prestigiadas na tradição marítima e cartográfica inglesa. Saber a direção e força dos ventos e correntes, a profundidade de mares e portos, as precisões longitudinais e latitudinais exatas, até mesmo quem habitava determinado lugar e se os povos nativos dali eram amigáveis, era o que concedia valor ao mapa e garantia o sucesso na navegação.

Há muitas informações sobre a circulação das obras de Seller, todavia, há duas de suma importância: a primeira é referente ao fato de que esse atlas teve parte de seu patrocínio bancado pela própria Coroa, que lhe sancionou selo real proibindo sua cópia por mais de 30 anos a partir da data de publicação e proibindo, também, a importação de qualquer atlas neerlandês (SELLER, 1675, p. v). Essas informações não só evidenciam que a circulação do atlas de Seller foi garantida em todos os territórios ingleses sem demais concorrências como também que a prática de cópias de obras alheias era muitíssimo comum, ou seja, de alta circulação, e merecia punições legais.

A seção da introdução do atlas traz informações sobre todos os portos, cidades e regiões economicamente relevantes da época, com descrições de suas histórias, populações, coordenadas e principais *commodities*. Nela podemos notar algumas

informações da política europeia do período, como por exemplo os grandes investimentos feitos pela Inglaterra em Tânger, a afeição que o rei de Java Maior tinha por Carlos II, o massacre holandês contra os ingleses nas Molucas em 1618, e até mesmo um propagandismo sobre a prosperidade atingida pela Jamaica após a conquista inglesa. Inclusive, Seller tende a elogiar mais a qualidade das *commodities* produzidas em regiões sob domínio português em comparação às demais de outros países europeus.

Ao falar das regiões exploradas por Narborough, Seller cita que nas partes ao Sul do Chile há grande expectativa por parte de mercadores ingleses de realizarem comércio com os nativos em virtude do ódio que eles têm dos espanhóis que tanto os maltrataram (SELLER, 1675, p.9). A expedição de Narborough é citada com muitas honrarias por Seller e em detalhes, dizendo que ela foi encomendada pelo Duque de lorque e pela Sua Majestade Real a fim de que se determinassem a riqueza e o comércio das ditas regiões. Nesse trecho em questão nota-se resquícios da 'Lenda Negra', pois os espanhóis são tidos como malignos traidores que tentaram enganar o valente capitão Narborough.

O atlas também revela importantes informações sobre como uma viagem inglesa ao Estreito de Magalhães poderia beneficiar a Coroa de Portugal, além do já citado favoritismo às *commodities* portuguesas. O primeiro fato a corroborar tal pensamento está na figura do próprio navegador português, Fernão de Magalhães, e sua relação de memória com a própria pátria e a forma como é apresentado na introdução de um atlas inglês.

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

A figura de Fernão de Magalhães, por vezes tida como traidor de sua pátria, pois fizera a grande descoberta do estreito para Castela, também teve seus momentos de redenção na historiografia portuguesa, principalmente quando se tratava de relembrar o glorioso passado português como forma de legitimação do futuro da nação e sua singularidade (TOLEDO, 2019, p.11-27). Sendo assim, por vezes, a figura de Magalhães foi resgatada da traição pela simples omissão do fato de seus serviços prestados à Castela ou pela reiteração de que, acima de tudo, tratava-se de um homem português.

Algo semelhante ocorre no atlas de Seller. Dado o fator citado que a possibilidade de assertiva presença da Inglaterra no Atlântico Sul dependia em parte de sua aliança com Portugal, a nação aliada mais presente naquelas águas era necessário tanto demonstrar que a presença inglesa era justificável pelo seu histórico de navegação na região - vide as menções a Drake e Cavendish - quanto pela história e vasta presença na região de seu parceiro político-comercial, Portugal. Com isso, é omitido na introdução do atlas que Fernão de Magalhães servia Castela no momento da descoberta do estreito, cita-se apenas sua ascendência portuguesa. Não devemos tomar isso como simples esquecimento pois, como nos traz Harley (2013), o próprio “vazio” e as omissões têm papel significativo na cartografia.



Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

Imagem 3 - A contracapa do *Atlas Maritimus* traz como figuras centrais Francis Drake e Thomas Cavendish. [John Seller, Londres, 1675]. Fonte: *Harvard Library*.

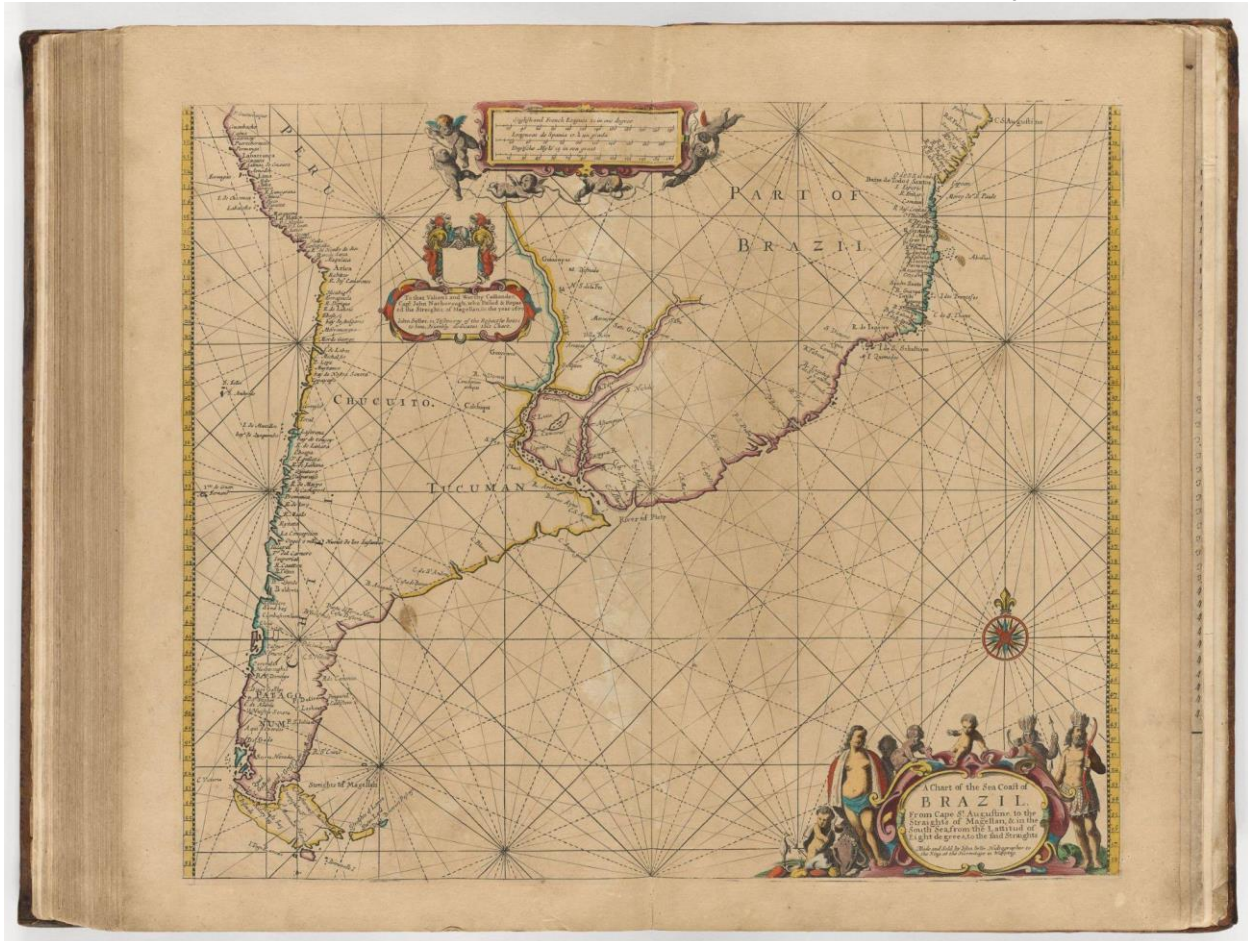


Imagem 4 - *A Chart of the South Sea Coast of Brazil*, parte do *Atlas Maritimus*, contendo as informações atualizadas do mapa de John Narborough. [John Seller, Londres, 1675]. Fonte: *Harvard Library*.

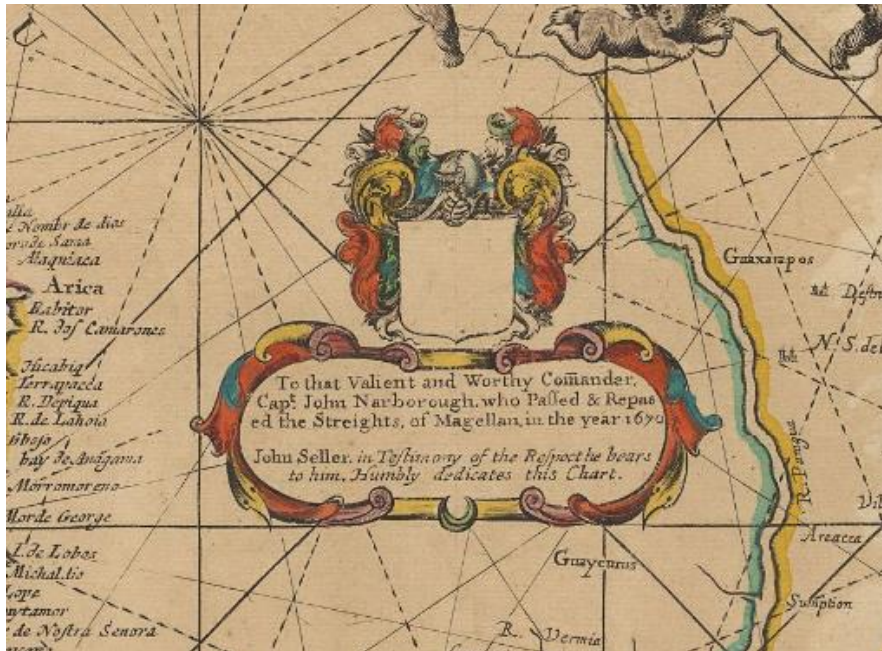


Imagem 4.1 - Cartucho em homenagem a John Narborough.



Imagem 4.2 - Novamente a presença da terra em homenagem a D. Catarina de Bragança.

O mapa da Figura 4 foi feito em homenagem a Narborough, com cartuchos dedicatórios e com as informações atualizadas da expedição; a toponímia da região brasileira está toda com os nomes originais em português, enquanto a do Estreito de

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

Magalhães segue com os nomes dados por Drake, Cavendish - navegadores que, inclusive, são figuras centrais na contracapa do atlas, Figura 3 - e Narborough.

Nota-se que o promontório dado em homenagem à D. Catarina de Bragança, Figura 4.2, faz-se presente em todos os mapas citados e em letras graúdas, relembrando os observadores da aliança anglo-lusitana, algo particularmente efetivo em um mapa cujo título traz como nome central *Brazil*. O Atlântico Sul e, com os planos ingleses, os Mares do Sul, tornar-se-iam parte da zona de influência comercial das duas monarquias.

A forma como esse mapa e o atlas no qual está inserido relacionam-se com os mapas e o diário de Narborough apresenta-se em muitos níveis. Primeiramente temos o fato de que Seller foi um cartógrafo prolífico e renomado, com altíssimo nível de circulação de suas obras, o que faria com que mais pessoas vissem o nome de Narborough e associassem a região magalânica com toponímias inglesas. Também devemos lembrar que Thornton era amigo e sócio de Seller, tendo permissão de vender e copiar seus mapas, o que certamente aumentou a circulação dos seus próprios mapas e dos de seu sócio, dado à troca de credibilidade entre nomes.

Conclusão

Dessa forma, pudemos determinar e demonstrar como a região do Estreito de Magalhães, através da cartografia feita a partir das informações trazidas pela expedição de Narborough foi usada como forma de legitimação da presença inglesa no Atlântico Sul e nos Mares do Sul. O estreito representava uma ligação histórica entre Atlântico e o Pacífico, mas, acima de tudo, era uma região cuja história com a Inglaterra poderia ser resgatada e usada efetivamente num dos meios de contestação e posse territorial mais importantes da época: os mapas.

A aplicação de conceitos e métodos da cartografia crítica ao longo da pesquisa que resultou neste artigo não permitiu apenas evidenciar novos ângulos de expressão do colonialismo inglês do final do século XVII, como também auxiliou na complementação da historiografia sobre a presença inglesa no Atlântico Sul, que se apresentou carente no balanço bibliográfico.

Além dessa discussão, foi proposta também a determinação de até que ponto a aliança de Inglaterra com Portugal em 1662 foi influente sobre a viagem de Narborough e as expansões marítimas inglesas subsequentes pelo Atlântico Sul e para os Mares do Sul através do Estreito de Magalhães. Dados os escopos espaço-temporais e documentais limitados e objetivos imediatos deste artigo e pesquisa, não poderei afirmar categoricamente que a aliança anglo-lusitana foi o que possibilitou a expedição de Narborough ou que os portugueses tinham interesse direto de aumentar a presença inglesa no Atlântico Sul.

Todavia, as informações coletadas forneceram boa margem para inferir que a aliança anglo-lusitana acabou por acelerar o processo de exploração inglesa do Atlântico Sul, dadas as já citadas e estudadas relações políticas ultramarinas do final do século XVII entre Inglaterra, Portugal, Holanda e Espanha. E nesse processo de expansão marítima inglesa nas ditas regiões, a aliança anglo-portuguesa sempre fez-se presente nos mapas aqui apresentados.

Referências bibliográficas

BARRATT, J. **Armada 1588: The Spanish Assault on England**. Barnsley: Pen & Sword Military, 2005.

BEROS, M. M. **Cartografia Magallanica: 1523-1945**. 1ª ed. Punta Arenas: VANIC, 1999.

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

BLACK, J. D. **The Blathwayt Atlas, Volume 2: Commentary**. Providence (Rhode Island), Brown University Press: 1970.

CAMPBELL, R. J.; BRADLEY, P. T.; LORIMER, J. **The voyage of Captain John Narbrough to the Strait of Magellan and the South Sea in His Majesty's Ship Sweepstakes, 1669-1671**. London: Taylor & Francis/The Hakluyt Society, 2018.

CASTEL-BRANCO, M. C. E. **The Stormy Passage to England of 'A Queen from Far'**. CETAPS/Internation Conference 'Dashed all to pieces': tempests and other natural disasters in the literary imagination, 2011.

CHARNOCK, J. **Biographia Navalis: Or, Impartial Memoirs of the Lives and Characters of Officers of the Navy of Great Britain, from the Year 1660 to the Present Time; Drawn from the Most Authentic Sources, and Disposed in a Chronological Arrangement**. London: R. Faulder, 1794, vol.1. In: https://books.google.com.br/books?id=_eY1AAAAMAAJ&redir_esc=y

COHEN, M. A. A. de M. "D. Catarina de Bragança, personagem histórica X Catarina, figura feminina". **Boletim do CESP**: 1998, v.18, n.22, p.89-105

DYM, J.; LOIS, C. **Bound images: maps, books, and reading in material and digital contexts**. *Word & Image*: v.37, n.2, p.119-141. In: <https://doi.org/10.1080/02666286.2020.1801262>

DONCKER, H. **Paskaarte van 't zuijdelijckste deel van America, van Cabo St. Antonio, tot Caep de Hoorn, ende inde Zuijd Zee tot B de Tongojj**. Amsterdam: 1659. In: <https://nla.gov.au/nla.obj-230759600/view>.

ENRIQUEZ, Carlos. [Tradução de carta enviada a Carlos II da Inglaterra]. *June 29 1669 Don Carlos Enriques his storye of severall passages hapened in the West Indyas together with his proposicion for discoverye of the Passage through the Straights of Magelanes & the Coast of the South Sea &ca. 29th June 1669*. Destinatário: *Your British Majestie*. Lisboa, 29 jun 1669. In: CAMPBELL, R. J.; BRADLEY, P. T.; LORIMER, J. **The voyage of Captain John Narbrough to the Strait of Magellan and the South Sea in His Majesty's Ship Sweepstakes, 1669-1671**. London: Taylor & Francis/The Hakluyt Society, 2018, p.89-97.

FRANÇA, E. D'O. **"Portugal na Época da Restauração"**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GLASS, R. E. The Image of the Sea Officer in English Literature, 1660-1710. NACBS; Albion: **A Quarterly Journal Concerned with British Studies**, 1994, v.26, n.4, p.583-599. In: <https://www.jstor.org/stable/4052247>

HARLEY, J. B. **Silences and secrecy: The hidden agenda of cartography in early modern Europe**. *Imago Mundi*: 2013, v.40, n.1, p.57-76

KEMMLER, R. "O casamento real de D. Catarina de Bragança em 1662 e as gramáticas de James Howell e Stephane Damar de la Molière". **Revista de Letras**, 2013, v.2, n.12, p.21-38.

KEMP, P. **The Oxford companion to ships & the sea**. London: Oxford University Press, 1976.

LOYOT, J. J. y. La leyenda negra y la verdad histórica: contribución al estudio del concepto de España en Europa, de las causas de este concepto y de la tolerancia religiosa y política en los países civilizados. Madrid: **La Ilustración Española y Americana**, jan-fev, 1914, p.19-21. In: <http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000244862>

MALTBY, W.. S. **The Black Legend in England: The development of anti-Spanish sentiment, 1558-1660**. Durham: Duke University Press, 1971.

MORENO, R. J. El estrecho de Magallanes como antesala al Pacífico: evolución cartográfica y toponimia entre los siglos XVI y comienzos del XVIII. **Anuario de Estudios Americanos**, v.70, n.2, p.419-439, 2013. DOI: 10.3989/aeamer.2013.2.0

MORENO, R. J.; SOTELO, J. O. **Un derrotero del Mar del Sur**. Santiago (Chile): Biblioteca Nacional de Chile/Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2018.

PALMERO, M. L. Apropiaciones simbólicas y ejercicio de la violencia en los viajes de circunnavegación de Francis Drake (1577-1580) y Thomas Cavendish (1586-1588). **Prohistoria**, Año XXIII, n.34, p.40-74, 2020. ISSN 1851-9504

ROBERTSON, J. Re- writing the English Conquest of Jamaica in the Late Seventeenth Century. **The English Historical Review**: 2002, v.117, n.473, p.813-839. In: <https://doi.org/10.1093/ehr/117.473.813>

SEAWARD, P. The House of Commons Committee of Trade and the Origins of the Second Anglo-Dutch War, 1664. Cambridge University Press; **The Historical Journal**: 1987, v.30, n.2, p.437-452. In: <https://www.jstor.org/stable/2639202>

STEINBERG, P. E. Calculating similitude and difference: John Seller and the 'placing' of English subjects in a global community of nations. **Social & Cultural Geography/Routledge**: v.7, n.5, 2006, p.687-707. DOI: 10.1080/14649360600971242.

Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas

THROWER, N. J. W. (org.) *et al.* **The Compleat Plattmaker: Essays on Chart, Map, and Globe Making in England in the Seventeenth and Eighteenth Centuries.** Los Angeles/Berkeley: University of California Press, 1978.

BUTTER-BOX. In: Wiktionary. San Francisco: Wikimedia Foundation. Disponível em: <https://en.wiktionary.org/wiki/butter-box>. Acesso em: 21 jun 2023.

WALFORD, B. (org.) *et al.* **An account of several late voyages & discoveries to the south and north towards the Streights of Magellan, the South Seas, the vast tracts of land beyond Hollandia Nova &c. : also towards Nova Zembla, Greenland or Spitsberg, Groyland or Engrondland, &c.** Londres: Royal Society, 1694. In: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A52618.0001.001?rgn=main;view=fulltext>.

WOODWARD, D. The Study of the History of Cartography: A Suggested Framework. **The American Cartographer:** v.1, n.2, p.101-115. In: <https://doi.org/10.1559/152304074784107746>

Figuras

Imagem 1 à 1.6: NARBROUGH, J. *THE LAND OF PATAGONIA: &c. THE DRAUGHT OF MAGELLAN STRAITS DRAWEN BY CAPTAIN IOHN NARBROUGH: ANN^o: 1670: on BOARD HIS MAIESTIS SHIPP SWEEPSTAKS AS I PASED AND REPASED THE STRAITS.* London: John Thornton, 1673. In: http://access.bl.uk/item/viewer/ark:/81055/vdc_100052173024.0x000001

Imagem 2 à 2.7: NARBROUGH, J. *A New Mapp of MAGELLANS STRAIGHTS Discovered by Cap: John Narbrough (Comander then of his Majesties Ship the Sweep Stakes.) as he Sayled through the Sade Straig.hts / Made and Sold by John Thornton. Hydrographer at ye Signe of England Scotland & Ireland in ye Minorities & by James Atkinson Mathematical Instrument maker on ye East Side of S. Saveris Dock over against the Griffin and at his Shop at Cherry Garden Stairs.* London: John Thornton, 1673. In: http://access.bl.uk/item/viewer/ark:/81055/vdc_100052173032.0x000001

Imagem 3 à 4.2: SELLER, J. *Atlas maritimus, or A book of charts. Describing the sea coasts, capes, headlands, sands, shoals, rocks and dangers, the bayes, roads, harbors, rivers, and ports, in most of the knowne parts of the world. With the true courses and distances, from one place to another. Gathered from the latest and best discoveries, that have bin made by divers able and experienced navigators, of our English nation. Accomodated with an*

hydrographicall description of the whole world. In London, And are to be sold by him...
London: John Seller, 1675, seq. 3 e 67 . Harvard Map Collection/Harvard Library. In:
<https://nrs.lib.harvard.edu/urn-3:fhcl:11654252>